



*Centro de
Estudos
Históricos e
Culturais*

*Centro de
Estudos
Municipais
e Metropolitanos*

*Centro
de Estudos
Econômicos
e Sociais*

Fundação João Pinheiro

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Amilcar Viana Martins Filho

Fone: (31) 3448 9700/9701

e-mail: pre@fjp.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação Social

Lucilene da Silva Rodrigues

Fone: (31) 3448 9706/9707

Procuradoria Jurídica

Maria José Teixeira Nepomuceno Costa

Fone: (31) 3448 9705

e-mail: maria.jose.costa@fjp.mg.gov.br

Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF)

Maria Helena de Andrade

Fone: (31) 3448 9710/9711

e-mail: maria.helena.andrade@fjp.mg.gov.br

Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

Maria Luíza de Aguiar Marques

Fone: (31) 3448 9720/9721

e-mail: maria.luiza.marques@fjp.mg.gov.br

Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC)

Leonardo Alves Lamounier

Fone: (31) 3448 9722/9723

e-mail: leonardo.lamounier@fjp.mg.gov.br

Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEMME)
Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA)

Gisa Barbosa Gambogi Neves

Fone: (31) 3448 9716/9717 e 3448 9714/9715

e-mail: gisa.gambogi@fjp.mg.gov.br

Centro de Estatística e Informações (CEI)

Laura Maria Irene de Michelis Mendonça

Fone: (31) 3448 9118/9719

e-mail: laura.michelis@fjp.mg.gov.br

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG)

Afonso Henriques Borges Ferreira – diretor geral

e-mail: afonso.ferreira@fjp.mg.gov.br

Fábio Augusto Reis Gomes – diretor adjunto

e-mail: fabio.gomes@fjp.mg.gov.br

Fone: (31) 3448 9712/9713

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

A **Fundação João Pinheiro (FJP)** é uma entidade do governo de Minas Gerais voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais de Minas. A FJP atua nas áreas de administração pública e privada, ensino de graduação, pós-graduação e mestrado, estudos econômicos e sociais, históricos e culturais, municipais e metropolitanos. É o órgão responsável pelo sistema estadual de estatística do estado de Minas Gerais, que produz e divulga estatísticas básicas e indicadores econômico-financeiros, demográficos e sociais.

As atividades da instituição abrangem estudos básicos para o conhecimento da realidade econômica e social do estado e suas regiões; planejamento regional, municipal e metropolitano; elaboração de projetos e estratégias de desenvolvimento setorial e regional; proposição, análise e avaliação social de políticas públicas; implementação de programas de ensino técnico especializado; apoio ao

Criada pela Lei 5.399, de 12 de dezembro de 1969, seu nome é uma homenagem a João Pinheiro da Silva, governador de Minas Gerais de 1906 a 1908, uma das mais brilhantes inteligências da política e da economia mineira e brasileira do século XX. João Pinheiro era pai de Israel Pinheiro, que governou Minas Gerais de 1966 a 1971, época da criação da FJP.

desenvolvimento organizacional e institucional público e privado; pesquisas e projetos relacionados com a preservação da memória e do patrimônio histórico e cultural e atividades de apoio ao desenvolvimento dos municípios.

A Fundação João Pinheiro presta serviços técnicos mediante contratos e convênios celebrados dentro e fora do estado, atendendo a demandas do governo de Minas Gerais e de outros governos estaduais, organismos nacionais e internacionais, prefeituras e câmaras municipais, universidades, empresas privadas e estatais e entidades representativas dos diversos segmentos sociais.

INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

Instalada em sede própria, em uma área total de 13 mil metros quadrados, na Alameda das Acácias 70, bairro São Luiz, Pampulha, a dez quilômetros do centro de Belo Horizonte e a um quilômetro do aeroporto da Pampulha, a FJP está organizada em sete diretorias: DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS (DPGF), CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO (CDA), CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEES), CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS (CEHC), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI), CENTRO DE ESTUDOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS (CEMME) e ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO. Compostas por equipes multidisciplinares, as diretorias contam em seus quadros com economistas, sociólogos, cientistas políticos, administradores públicos e de empresas, engenheiros, arquitetos, advogados, historiadores, demógrafos, estatísticos, geógrafos, pedagogos, psicólogos, contabilistas, jornalistas, relações públicas, publicitários e designers, a maioria portadora de especialização, mestrado ou doutorado. Grande parte é de profissionais experientes, e outra é de jovens pesquisadores, muitos dos quais exercendo atividades docentes em universidades e faculdades locais.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS (DPGF)

A Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças tem por finalidade coordenar as atividades de planejamento, orçamento, modernização e informação institucional e gerir as atividades de administração financeira, contabilidade, recursos humanos e apoio logístico. A ela compete coordenar o planejamento da FJP, acompanhar e avaliar sua execução e propor medidas que assegurem a consecução dos objetivos estabelecidos. Compete ainda coordenar, acompanhar e orientar a elaboração e efetivação da proposta orçamentária anual da entidade e a respectiva execução financeira e o desenvolvimento de projetos e iniciativas de inovação na gestão e na modernização do arranjo institucional, além de ser responsável pela execução de ações estratégicas da FJP, destacando-se:

- **Curso de Altos Estudos do BDMG** - realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, sob a coordenação da Fundação João Pinheiro, o curso tem como objetivo analisar aspectos, parâmetros, diretrizes, cenários e estratégias fundamentados na compreensão da realidade política, econômica, social e cultural de Minas Gerais e do Brasil.

É voltado à capacitação profissional de gestores e profissionais envolvidos com as áreas de estratégia. Busca ainda a formação e a capacitação de lideranças e agentes multiplicadores de processos de inovação, a dirigentes, gestores e técnicos de organizações sociais, agências de desenvolvimento e entidades de classe. O curso abrange as áreas de políticas públicas e econômico-sociais, relação estado-sociedade, ética e cidadania, tecnologia, biodiversidade, economia-globalização e gestão.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO (CDA)

O CDA desenvolve tecnologia de gestão, com a finalidade de melhorar o desempenho das organizações, por meio de soluções criativas e inovadoras. Está apto a responder às necessidades organizacionais frente a um mercado cada vez mais competitivo, contribuindo para que as empresas cumpram seus objetivos próprios, os econômicos e os sociais com efetividade. Áreas de destaque da atuação do CDA:

- **Consultoria em planejamento e gestão organizacional** - voltada para os setores público e privado, engloba planejamento estratégico, análise e diagnósticos organizacionais, projetos de modernização administrativa, programas de reestruturação organizacional, estruturação de planos de carreira e de remuneração. Nessa linha, o CDA mantém parcerias com instituições como o Sebrae, para o qual desenvolveu o **Diagnóstico de Infra-estrutura e Reorganização do Pólo Moveleiro de Ubá e Região**. O trabalho teve como objetivo detectar as carências da infra-estrutura do pólo e propor intervenções na organização das empresas locais e no traçado urbano da região, visando à melhoria do transporte e do escoamento da produção local. O trabalho foi realizado em parceria com o Programa SebraeTec, que busca promover a melhoria e a inovação de processos e produtos de micro e pequenas empresas, prioritariamente inseridas em arranjos produtivos locais (APLs), por intermédio da incorporação do progresso técnico e do aumento da competitividade dos pequenos negócios.

- **Pesquisas aplicadas ao campo da administração** - envolvem o desenvolvimento de modelos de gestão de recursos humanos, de metodologias de pesquisa em sua área

de competência e de avaliação de desempenho, seminários, palestras e ciclos de estudos. Nessa linha, o CDA e o Instituto Euvaldo Lodi operam o **Programa Facilita Minas**, que integra o programa Empresa Mineira Competitiva, um dos projetos estruturadores do governo do estado de Minas Gerais. Sob a direção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, tendo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais como agente executor, o Facilita Minas é um esforço conjunto dos setores público e privado para fortalecer as relações das empresas com o mecanismo estatal, utilizando um sistema de recebimento de demandas, sugestões e críticas.

Visa a facilitar a operação, expansão e modernização das empresas mineiras que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como a implantação de novos empreendimentos em Minas Gerais, particularmente nos setores de tributos, registro de empresas, crédito, meio ambiente e infraestrutura. O Facilita Minas busca criar um ambiente descomplicado para a realização de investimentos no Estado, possibilitando que o tempo, os recursos e a inteligência empresarial sejam canalizados para o sucesso do negócio.

CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEES)

O CEES realiza estudos e consultorias visando à compreensão e à análise das economias mineira e nacional e a pesquisas no campo social e institucional, por meio de estudos de base, análise e avaliação de políticas públicas e de condições de vida. O CEES atua nas seguintes áreas:

- **Criminalidade e controle social** - área de pesquisa e análise do fenômeno criminoso em suas diversas manifestações e da atuação do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira. Um dos destaques dessa área é o **Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp)**, que, juntamente com a Secretaria de Estado de Defesa Social, é responsável pelo **Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais**. Essa publicação visa a fornecer estudos de natureza científica sobre conjuntura criminal, vitimologia, análise e produção de indicadores. Além disso, acompanha e avalia a atividade operacional das organizações policiais, monitora e avalia as atividades desenvolvidas no sistema penitenciário e produz estudos criminológicos. Os estudos do Nesp geram subsídios para a qualificação e o monitoramento da política pública de segurança, indispensáveis para a excelência do sistema de defesa social em Minas Gerais.

- **Saúde** - desenvolve tanto projetos voltados para a análise da distribuição de recursos públicos no setor de saúde em Minas Gerais quanto avaliação de políticas de descentralização e de reorganização dos serviços de assistência à saúde. Abrange também projetos de avaliação de programas e políticas de saúde, gestão e reforma do sistema de saúde, financiamento, gasto público, equidade e regulação em saúde.

Índice de Desenvolvimento Humano - em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), calcula o IDH e o Índice de Condições de Vida (ICV), que gera indicadores agregados segundo cinco dimensões: infância, educação, longevidade, renda e habitação para o Brasil, estados, regiões metropolitanas e municípios.

O IDH foi criado no início da década de 90 para o PNUD pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade, que reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB percapita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

Análise regional - linha de pesquisa mais tradicional do CEES na qual foi elaborado o **Diagnóstico sobre a Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais**, documento que teve como objetivo fornecer ao BNDES diretrizes para aplicação de recursos provenientes da privatização da companhia. Outro projeto nessa linha é o **Plano Integrado de Turismo Sustentável para o Pólo de Turismo da Região do Vale do Jequitinhonha**, que integra o Programa de

Desenvolvimento do Turismo do governo federal (Prodetur), desenvolvido com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

• **Lei Robin Hood/cota parte do ICMS dos municípios** - dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, tendo a Fundação João Pinheiro como responsável pela publicação dos índices no estado. Seu objetivo é reduzir as diferenças econômicas e sociais entre os municípios, incentivar a aplicação de recursos em áreas de prioridade social, utilizar com eficiência as receitas próprias e descentralizar a distribuição do ICMS.

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS (CEHC)

O CEHC atua nas áreas de história, antropologia e cultura, realizando estudos e pesquisas relacionados principalmente com o universo mineiro, num esforço de preservação e valorização da nossa memória cultural. Principais áreas de atuação do CEHC:

- **Pesquisas históricas** - abordam temas sociais, culturais e políticos de Minas Gerais, em projetos interdisciplinares.

- **Estatística cultural** - visa a implantar sistemas de informação de estatísticas históricas e culturais para subsidiar o planejamento e o investimento nos setores público e privado no setor cultural. Nessa área destacam-se o programa **Avaliação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.**

Este programa objetiva contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de financiamento à cultura através de pesquisas sobre a dinâmica de funcionamento do mecanismo de renúncia fiscal, particularmente o apoio a projetos e empreendedores culturais e as características de organização e atuação do mercado de patrocínio mineiro.

Outro produto são os **Cadernos do CEHC**, onde são publicados artigos, ensaios, resenhas e estudos que contribuem para a reflexão e o debate da questão cultural em Minas Gerais. Abordam temas como mercado de trabalho cultural, educação patrimonial, ICMS cultural, impactos da lei estadual de incentivo à cultura na economia, renúncias fiscais no segmento cultural, análise quantitativa das empresas investidoras em cultura, responsabilidade social e marketing cultural, análise de empreendedores e projetos culturais de Minas Gerais e incentivo empresarial à cultura mineira.

- **Editorial** - tem como objetivo a organização e a edição de obras relevantes e inéditas e de documentos significativos que contribuam para o conhecimento e a disseminação da história e da cultura de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Destacam-se nesta área as coleções **Mineiriana** e **Centenário**. A primeira abrange o campo da história e da memória de Minas Gerais, caracterizando-se por rigorosa seleção de títulos, grande esmero editorial e gráfico e respeito à integridade das obras originais, com acréscimo de ensaios, ilustrações e outros instrumentos de pesquisa. Já a Coleção Centenário foi iniciada por ocasião da comemoração dos 100 anos de Belo Horizonte e publica obras e textos inéditos, esgotados ou de difícil acesso, fundamentais à pesquisa, ao ensino e ao conhecimento da história da cidade.

- **Assessoramento e treinamento** - voltado para a prestação de serviços de consultoria, apoio e treinamento na área da cultura para órgãos públicos e privados, com destaque para o curso de educação patrimonial, que visa tanto a implementar ações de conscientização da importância e da necessidade de preservação e valorização do patrimônio cultural de Minas Gerais quanto a introduzir a temática e a abordagem adequadas ao estudo e a apropriação dos bens culturais nos níveis fundamental e médio do sistema formal de ensino.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

O CEI coordena o sistema estadual de estatística, atribuição que implica coletar, criticar, sistematizar e divulgar informações econômicas, sociais e demográficas para Minas Gerais e seus municípios. O CEI atua basicamente em duas frentes:

· **Pesquisas Econômicas** - têm como principais trabalhos o **Produto Interno Bruto**, para o qual são coletadas informações referentes às três principais atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) para Minas Gerais e seus municípios. Os resultados do PIB são detalhados em três níveis: anual, com informações referentes à composição setorial do PIB e que apresenta valores correntes e índices de evolução de cada atividade; trimestral, que contempla a cada período indicadores da variação em volume, desagregados em grupos de atividades econômicas; e por municípios e regiões, que considera os diversos setores de atividade e tem por base indicadores que permitem identificar a estrutura da participação de cada município no total do estado. **Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte**, que investiga a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho na RMBH, a partir de um levantamento sistemático mensal sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho. É realizada em parceria com a Fundação Seade, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, o Sistema Nacional de Emprego e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Já o **Demonstrativo das Exportações e Importações de Minas Gerais** trata da evolução das exportações e importações de Minas Gerais, com desagregação setorial, a partir da fonte básica de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Perfil de Minas Gerais, publicação bilíngüe (português/inglês), editada em parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), em formato de livro de bolso, de fácil manuseio e em linguagem objetiva.

Esta publicação destaca as potencialidades econômicas de Minas Gerais, como caracterização do território, aspectos demográficos e socioeconômicos da população, dados sobre emprego, desemprego, preços e rendimentos e agregados socioeconômicos.

Anuário Estatístico de Minas Gerais - tem como objetivo a consolidação de informações estatísticas básicas sobre os municípios mineiros e possibilita a caracterização do estado em seus aspectos físico-territoriais, demográficos, de mão-de-obra, os setores produtores de bens e prestadores de serviços, as contas regionais, os preços, salários e rendimentos, as finanças públicas e os indicadores sociais (educação, saúde, habitação e saneamento básico), dentre outros.

· **Pesquisas Demográficas** - coleta de informações produzidas pelo IBGE, tanto nos censos quanto nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios, com projeções da população, indicadores demográficos e análises da população economicamente ativa. Nesse segmento destaca-se o **Déficit Habitacional no Brasil**, cujo objetivo é obter informações sobre o setor habitacional no Brasil no início do século XXI, e ao mesmo tempo traçar a evolução dos seus indicadores na última década. Elaborado em parceria

com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Programa Habitar-Brasil/BID, o estudo tem como base a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro em 1995 para a Secretaria de Política Urbana no documento *Déficit Habitacional no Brasil*.

CENTRO DE ESTUDOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS (CEMME)

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos tem como finalidade estudar, pesquisar, elaborar e acompanhar a implementação de políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento municipal e metropolitano, em seus aspectos econômicos, sociais e institucionais, promover atividades de assessoramento técnico e propor diretrizes de planejamento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O CEMME atua nas seguintes áreas:

Planos diretores - um conjunto de políticas que visam a orientar as administrações municipais, com ênfase nas questões de ordenamento físico-territorial, políticas públicas de saneamento, saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, transporte, assistência social, habitação, turismo e desenvolvimento econômico. Visam também a definir áreas de proteção ambiental e histórica, critérios para construção de indústrias e outras questões que garantam a qualidade de vida da população, mesmo com a expansão da cidade.

Os planos diretores são previstos nas constituições Federal e Estadual e devem ser aprovados pelas câmaras municipais. Conforme definido pela lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que implantou o Estatuto das Cidades, passam a ser uma exigência legal, a partir de julho de 2006, para municípios com mais de 20 mil habitantes e para aqueles que vierem a receber algum tipo de investimento ou empreendimento que provoque impacto.

· **Capacitação de recursos humanos, modernização administrativa e assessoramento institucional** - áreas que visam a fortalecer as administrações locais por meio da maior capacitação de sua mão-de-obra, preparando-as para gerir de modo mais eficaz as funções municipais, orientar as prefeituras na busca da modernização municipal, do aumento das receitas próprias e do aprimoramento das legislações urbanísticas e tributárias e do cadastro técnico municipal, dentre outros. Destinam-se também a assessorar institucionalmente na atualização dos instrumentos legais e estrutura administrativa.

· **Planejamento municipal e metropolitano** - tem como prioridade assessorar tanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte, por intermédio da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, quanto os municípios metropolitanos, utilizando-se de estudos e propostas de planejamento relacionados ao saneamento, transporte e sistema viário, uso do solo, desenvolvimento econômico, a informações e cartografias básicas, ao meio ambiente e à habitação.

· **Desenvolvimento urbano e regional** - assessoramento técnico e treinamento das equipes locais para o desenvolvimento da legislação urbanística básica e elaboração de planos de desenvolvimento, com destaque para os planos diretores municipais, que se fundamentam no princípio da sustentabilidade, integrando as ações de promoção do crescimento econômico, do bem-estar social e da preservação ambiental.

ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Criada pela Lei Estadual nº. 10.961, de 14 de dezembro de 1992, e implementada a partir de 1994, é um centro de formação de recursos humanos para as administrações públicas federal, estadual e municipais e atua nas áreas de ensino de graduação, extensão, pós-graduação e mestrado. Busca fortalecer a competência nas áreas de formulação de políticas públicas, elaboração de indicadores e instrumentos de mensuração de resultados e avaliação do desempenho da ação governamental. Integrante de um dos projetos estruturantes do governo do Estado, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho cumpre sua função primordial de formar, treinar e capacitar funcionários para atuar nas diversas unidades do Estado. A escola oferece os seguintes cursos e pesquisas:

• **Curso Superior de Administração Pública** – Seu vestibular tem caráter de concurso público e faculta ao aluno, após o cumprimento dos requisitos exigidos durante o curso, o acesso à carreira de administrador público nos diversos órgãos do Estado.

Pioneiro no país, este curso é destinado a formar profissionais para atuar na administração pública estadual, tem duração de quatro anos, em horário integral, é gratuito e oferece bolsa de estudo. O curso tem sido avaliado sistematicamente pelo "Provão" do Ministério de Educação e obtido conceito "A".

• **Mestrado em Administração Pública** - tem por objetivo a formação de alto nível (teórica e técnica) dos profissionais que atuam na esfera pública e em centros de pesquisa e de ensino superior. Recomendado pela Capes para integrar o sistema nacional de pós-graduação, oferece três áreas de concentração: gestão econômica, gestão em políticas sociais e gestão da informação.

• **Curso de Especialização em Administração (CEA)** - voltado a gerentes, dirigentes e gestores que desejam atualizar, aprimorar ou desenvolver aptidões, a profissionais em ascensão na carreira e a jovens graduados, o CEA oferece a área de gestão empresarial e financeira. O curso busca analisar os problemas enfrentados pelas empresas e organizações, cuidando de visualizar soluções de curto e médio prazo, por meio de uma visão crítica dos modelos de gestão, procurando provocar a reflexão nas diferentes culturas organizacionais. Oferece também a oportunidade de desenvolver conhecimentos de acordo com as tendências da moderna gestão empresarial.

• **Programa de Especialização em Administração Pública (Proap)** - programa de pós-graduação, lato sensu, visa a criar condições e fornecer instrumentos para uma reflexão permanente sobre a realidade do setor público e uma atuação mais qualificada nos diferentes campos de atividade. Realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o Proap incorpora servidores que já integram a máquina pública e profissionais de outras procedências, interessados em habilitarem-se para uma eventual atuação em questões que envolvam a coisa pública. Ainda na área de pós-graduação, a Escola de Governo oferece os cursos de Especialização em Educação Inclusiva, Gestão Social, Gerência de Assistência Social e Justiça Criminal e Segurança Pública.

• **Programa Gestão Urbana e de Cidades** - tem por objetivo empreender ações que contribuam para o aprofundamento do debate crítico sobre os diversos temas associados à gestão das cidades. Para isso, desenvolve cursos, seminários, bancos de dados, oficinas, estudos e pesquisas. Os parceiros do programa são o Instituto do Banco Mundial e o Lincoln Institute of Land Policy, que contribuem com aportes técnicos e financeiros. São também parceiros o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Escola Superior de Administração Fazendária, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Somma (fundo para saneamento ambiental, organização e modernização dos municípios de Minas Gerais) e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O programa desenvolve ainda atividades e projetos, articulando-se com o Instituto Polis e o Unicentro Izabela Hendrix.

Tem por objetivo empreender ações que contribuam para o aprofundamento do debate crítico sobre os diversos temas associados à gestão das cidades, através do desenvolvimento de cursos, seminários, bancos de dados, oficinas, estudos e pesquisas.

• **Pesquisa Origem e Destino** - seu propósito é analisar as relações internas do espaço metropolitano e as desse com outras regiões do estado e do país, acompanhando a realidade do deslocamento de pessoas, detectando seus motivos e necessidades e a entrada e a saída de mercadorias e veículos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa pesquisa abrange os 33 municípios da RMBH. Seus parceiros são a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a Companhia Energética de Minas Gerais, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte.

PRINCIPAIS CLIENTES E PARCEIROS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

• GOVERNO DE MINAS GERAIS - Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão, de Desenvolvimento Social e Esportes, da Saúde, da Cultura, da Educação, de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, de Defesa Social, de Turismo, da Fazenda e de Desenvolvimento Econômico; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Fundação Rural Mineira, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Empresa de Extensão Rural de Minas Gerais, Companhia Energética de Minas Gerais, Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Instituto Euvaldo Lodi, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Rede Minas de Televisão, Companhia Mineradora de Minas Gerais, Procuradoria Geral do Estado, Polícia Militar de Minas Gerais, Fundação Clóvis Salgado, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Instituto de Pesos e Medidas, Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais, Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, Fundação Ezequiel Dias, Minas Gerais Participações SA, Minas Gerais Administração e Serviços SA, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Rádio Inconfidência e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

• GOVERNO FEDERAL - Ministérios das Cidades, da Justiça, da Saúde, da Cultura, das Relações Exteriores, da

Integração Nacional, do Trabalho e Emprego e da Educação, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, Furnas Centrais Elétricas, Companhia Vale do Rio Doce, Tribunal Regional Eleitoral, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Central de Abastecimento SA, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Administração Pública, Caixa Econômica Federal, Fundação Nacional de Arte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Fundação Oswaldo Cruz, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Financiadora de Estudos e Projetos e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

• **PREFEITURAS MUNICIPAIS** - Prefeituras Municipais de Belo Horizonte, Betim, Borda da Mata, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Catas Altas, Claraval, Cláudio, Conceição do Ibitipoca, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Coronel Fabriciano, Goianá, Governador Valadares, Ibitaré, Ijaci, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, Jaboticatubas, Jacuí, Janaúba, Juiz de Fora, Lima Duarte, Machado, Matozinhos, Minas Novas, Monte Formoso, Nova Lima, Ouro Branco, Pará de Minas, Paraguaçu, Passos, Patos de Minas, Rio Novo, São João del Rei, São João Nepomuceno, São Lourenço, Timóteo e Vitória.

• **PODERES LEGISLATIVOS** - Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Câmaras Municipais de Belo Horizonte, Betim, Uberlândia, Campo Belo,

Caratinga, Claraval, Cláudio, Conceição do Ibitipoca, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Ibirité, Ijaci, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Lima Duarte, Machado, Matozinhos, Minas Novas, Monte Formoso, Nova Lima, Ouro Branco, Pará de Minas, Paraguaçu, Passos, Patos de Minas, Rio Novo, São João del Rei, São João Nepomuceno, São Lourenço e Matozinhos.

* **GOVERNOS ESTADUAIS** - Governos dos estados do Amapá, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e São Paulo.

* **ORGANISMOS INTERNACIONAIS** - União Européia, Aston Business School e London School of Economics and Political Science e European Institute of Public Administration, United States Information Agency e United States Information Service, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Centro Lationamericano para el Desarrollo, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica e Social, Conselho Britânico, Lincoln Institute, Fundações Ford e Konrad Adenauer, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto do Banco Mundial, Universidade Autônoma de Barcelona, universidades de Stetson e Wisconsin, Universidad de Chile e Escuela de Gobierno y Gestión Pública do Chile, Institute International d'Administration Publique e Centre National de la fonction Publique Territoriale, Scuola Superiore Della Pubblica Amministrazione e Scuola di Direzione Aziendale dell'Università Luigi Bocconi, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe, Instituto Nacional de Administración Pública, Centro de

Estudos Municipales y de Cooperación Internacional e
Universidad Autonoma de Barcelona, Ministério do Meio
Ambiente do Japão e Governo de Angola.

· **Empresas Privadas** - Companhia Brasileira de
Metalurgia e Mineração, Camargo Corrêa Cimento, Banco
Itaú, Banco do Brasil, Petrobras, Localiza Rent a Car, Volvo
Caminhões, Companhia Vale do Rio Doce, Revista Barroco,
Fundação Vitae, Telemar, Telemig Celular, Editora C/Arte,
Editora UFMG, Companhia Belgo Mineira, Fundação
Roberto Marinho, Câmara Brasileira do Livro, Sesc/Senac-MG e
Usiminas.

Fundação João Pinheiro - Governo de Minas Gerais

Alameda das Acácias, 70 - São Luís, Pampulha

31.275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Fone: (31) 3448 9400

www.fjp.mg.gov.br

faleconosco@fjp.mg.gov.br

Informações adicionais:

Assessoria de Comunicação Social

Fone: (31) 3448 9706/9580

comunicacao@fjp.mg.gov.br

Impressão:

Organizações Lerbach Ltda.

Avenida dos Engenheiros 1520 - Castelo

Belo Horizonte

(31) 3474-7882



*Escola
de Governo
Professor
Paulo Neves
de Carvalho*

*Centro de
Estatística e
Informações*

*Centro de
Desenvolvimento em
Administração*



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO
Construindo um novo tempo